



Instituto de Artes

KARINA DA SILVA SOUSA

ANGELA DAVIS:

uma análise crítica do pensamento na área da política, cultura e
educação

SÃO PAULO

2024

KARINA DA SILVA SOUSA

ANGELA DAVIS:

uma análise crítica do pensamento na área da política, cultura e
educação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
programa de Licenciatura em Música do Instituto de
Artes Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do
grau de licenciado em música.

Orientador(a): Prof. Dr. Lia Vera Tomás

SÃO PAULO

2024

Ficha catalográfica desenvolvida pelo Serviço de Biblioteca e Documentação
do Instituto de Artes da UNESP. Dados fornecidos pelo autor.

S725a Sousa, Karina da Silva (Karina Koren), 1997-

Angela Davis : uma análise crítica do pensamento na área da política,
cultura e educação / Karina da Silva Sousa. -- São Paulo, 2024.
46 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lia Vera Tomás.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música) –
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes.

1. Música - Instrução e estudo. 2. Davis, Angela Y. (Angela Yvonne),
1944-. 3. Interseccionalidade (Sociologia). 4. Racismo. 5. Estados Unidos -
História. I. Tomás, Lia Vera. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de
Artes. III. Título.

CDD 780.7

Bibliotecária responsável: Catharina Silva Gois - CRB/8 11323

KARINA DA SILVA SOUSA

ANGELA DAVIS:

uma análise crítica do pensamento na área da política, cultura e
educação

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
programa de Licenciatura em Música do Instituto de
Artes Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como requisito para obtenção do
grau de licenciado em música.

Trabalho de conclusão de curso aprovada em: 08/11/24

Banca Examinadora

Prof. Dra. Lia Vera Tomás

UNESP– Orientadora

Prof. Dra. Graziela Bortz

UNESP

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, primeiramente, para a mulher que tornou possível a minha chegada neste espaço, a minha amada mãe, Maria do Socorro, a quem agradeço por todo apoio e luta que possibilitaram a realização deste grande sonho, que sem ela, nada disto teria sido possível.

Dedico a minha querida avó, Marcionila, luz que hoje, brilha no céu estrelado e que carrega em sua história tanta força.

Em memória, também, de meu pai Antônio Paulo, que será sempre lembrado, e seu espírito foi fonte de força e esperança por todos meus dias.

Agradeço à minha orientadora Lia Vera Tomás por sua contribuição no desenvolvimento desta pesquisa.

E por fim, despida de qualquer orgulho, agradeço a garota que fui um dia, que mesmo em face das maiores dificuldades e sofrimentos, não desistiu e buscou a resiliência como força motriz de sua trajetória.

“Não estamos dispostos a abraçar o racismo. A luta contra o racismo é uma luta pela educação, a luta contra o racismo exige que nos engajemos no tipo de educação popular que irá militar contra a suposição de hierarquias humanas. E então, sim, educação é libertação. A educação anda de mãos dadas com a libertação.”

(DAVIS, 2024).

RESUMO

Esta monografia visa relacionar o trabalho de Angela Davis, filósofa, professora e ativista, ao discutir a interseccionalidade das opressões de raça, classe e gênero nos Estados Unidos com o ambiente musical e defende a inclusão dessas discussões no currículo de licenciatura, buscando preencher uma lacuna no ambiente acadêmico e preparar profissionais mais conscientes das desigualdades sociais. O trabalho organiza-se em quatro capítulos. O primeiro apresenta uma visão histórica dos Estados Unidos, da formação do país até os movimentos pelos direitos civis dos afro-americanos, para contextualizar o pensamento de Davis. O segundo capítulo aborda sua trajetória política e acadêmica, destacando seu papel como ativista. O terceiro capítulo foca na análise de duas obras principais de Davis, “Mulheres, Raça e Classe” e “Mulheres, Cultura e Política”. Por fim, relaciona o pensamento de Davis às áreas de cultura, política e educação, destacando como suas ideias podem contribuir para uma prática pedagógica inclusiva e transformadora.

Palavras-chaves: Angela Davis; educação musical; interseccionalidade de opressões.

ABSTRACT

This monograph aims to relate the work of Angela Davis, philosopher, teacher and activist, in discussing the intersectionality of race, class and gender oppressions in the United States with the musical environment and advocates the inclusion of these discussions in the undergraduate curriculum, seeking to fill a gap in the academic environment and prepare professionals who are more aware of social inequalities. The work is organized into four chapters. The first presents a historical overview of the United States, from the formation of the country to the civil rights movements for African Americans, to contextualize Davis' thinking. The second chapter looks at her political and academic career, highlighting her role as an activist. The third chapter focuses on the analysis of Davis' two main works, "Women, Race and Class" and "Women, Culture and Politics". Finally, it relates Davis' thinking to the areas of culture, politics and education, highlighting how her ideas can contribute to an inclusive and transformative pedagogical practice.

Keywords: Angela Davis; music education; intersectionality of oppressions.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. ESTADOS UNIDOS - UM BREVE PANORAMA.....	10
3. ANGELA DAVIS.....	18
4. OBRAS ESCOLHIDAS.....	22
4.1 Mulheres, Raça e Classe (1981).....	23
4.2 Mulheres, Cultura e Política (1990).....	29
5. EDUCAÇÃO MUSICAL: UMA PRÁXIS TRANSFORMADORA.....	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45

1. INTRODUÇÃO

Tornou-se proeminente nas últimas décadas a figura da filósofa, professora universitária e ativista Angela Davis, que em seu trabalho abordou várias temáticas da sociedade estadunidense, principalmente a interseccionalidade de opressões de raça, classe e gênero.

Essa monografia tem o propósito de correlacionar essas questões com o ambiente musical e enfatizar a sua importância dentro da grade curricular dos cursos de licenciatura, com o objetivo de suprir a ausência desses debates dentro do ambiente acadêmico e tornar os futuros profissionais conscientes das diversas mazelas que afligem a sociedade para que sua práxis seja mais humanizada e transformadora.

O primeiro capítulo trata de um sucinto panorama da história dos Estados Unidos da América, desde sua gênese até o surgimento dos movimentos de luta pelos direitos civis da população afro-americana, com o intuito de situar o contexto histórico que propiciou o surgimento de uma pensadora como Davis. No seguinte capítulo, aborda-se a trajetória da pensadora passando por sua vida política e carreira acadêmica.

No terceiro capítulo, será justificada a escolha das obras que serão analisadas nos próximos tópicos, “Mulheres, Raça e Classe” e “Mulheres, Cultura e Política”. Por fim, no último capítulo, será apresentada a correlação da obra de Davis com as áreas da cultura, política e educação.

2. ESTADOS UNIDOS - UM BREVE PANORAMA

Na construção da nação que conhecemos hoje como Estados Unidos da América, há um processo histórico que tem uma trajetória de mais de 200 anos. Esse caminho percorrido começa a partir da decisão das 13 colônias inglesas de se desvincularem da coroa britânica e lutar por sua independência e, em seguida, a busca pela criação de uma constituição para a formação de uma só pátria. Essas 13 colônias compreendem uma área de 835.202 km².

Contudo, em 1848, com os estados e territórios recém-conquistados, ela chegou a 9.368.292 km², próximo ao território que compreende atualmente os Estados Unidos. Esses territórios, que segundo Mary Anne Junqueira, professora e pesquisadora do departamento de história da USP, em seu livro "Estados Unidos: a Consolidação da Nação", aponta que foram incorporados do território oeste dos apalaches, que eram tidas como terra de ninguém, numa expansão veloz e que deixou um rastro de violência, levando a grande maioria dos indígenas a serem dizimados. Em 1776, ganharam o Estatuto de Três Estados e, no ano de 1850, 19 estados foram incluídos e mais 18 incorporados no século XIX, que formam os atuais 50 estados.

Nesta época, no território que era desejado ser conquistado, a figura dos índios era tida como selvagens e que necessitavam de confinamento e controle, que na figura de Andrew Jackson, então presidente dos Estados Unidos, houve uma ênfase no expansionismo e ano de 1830 estabeleceu o ato de remoção indígena, que hoje é conhecido como "trilha das lágrimas", pelos Cherokees, por conta de terem sido forçados a irem na direção para além do Rio Mississippi e Oklahoma, o povo que estava na Geórgia. Segundo Junqueira, no ano de 1839, várias nações indígenas, entre elas os Creek, o Choctaw e os Chickasaw, haviam sido removidas para reservas além do Mississippi.

E em menos de 10 anos, 17 mil índios foram deslocados para outros territórios. Destes, 4 mil morreram de fome, frio e doenças, na jornada de mais de 1.500 quilômetros. Muitos índios não se adaptaram às novas religiões, para as quais foram transferidos, estranharam o clima, os animais e a paisagem.

Homens e mulheres morriam todos os dias nas reservas. As tribos que resistiram à tentativa de deslocamento, como foi o caso dos Seminoles da Flórida, foram dizimadas pela cavalaria norte-americana. Por fim, ela finaliza que, em 1820, aproximadamente 125 mil índios viviam a leste do Mississippi.

75% deste total acabaram removidos do seu local de origem. Em 1844, menos de 30 mil indígenas viviam naquela região. (JUNQUEIRA, 2001, p. 48)

Essa população, que contava com a presença de indígenas que estavam sendo realocados e do massacre ostensivo sobre seus corpos, também era afligida com o processo de escravidão.

Naquele momento, o Norte concentrava a maior população do país, em torno de 22 milhões de pessoas, sendo que no Sul contava com 9 milhões de pessoas, dentre elas, 4 milhões de negros, na sua maioria, escravizados, trazidos da África no comércio transatlântico de tráfico. O que deixa nítido que, a partir do momento em que é estabelecida a República, busca-se a conquista de novos territórios ao Oeste, removendo as diversas populações indígenas que ali viviam e a estruturação de uma economia utilizando a mão de obra escrava trazida do continente africano, presentes na América do Norte desde a Colônia. No desenvolvimento dessa sociedade, havia uma cisão entre as dinâmicas comerciais estabelecidas nos dois hemisférios.

No Norte, havia um dinamismo nas atividades realizadas devido à revolução industrial, que proporcionou o desenvolvimento e crescimento das fábricas que produziam tecidos, móveis, ferramentas, armas, relógios, bem como a pesca e o comércio marítimo, que fez com que a elite política e econômica fosse composta por grandes comerciantes, empresários, banqueiros e financistas. Já no Velho Sul, a economia era baseada nas *plantations*, que eram grandes fazendas que chegavam a mil hectares.

Em todos, o trabalho era feito por escravos na produção de arroz, anil e tabaco. Todavia, após a revolução industrial, o algodão passou a ser o seu principal produto agrícola. Além de discordâncias econômicas existentes entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, houve outros pontos de atrito, como o valor das tarifas de importação e, principalmente, em relação à escravidão que impulsionou o movimento abolicionista que culminou para que houvesse a Guerra Civil.

Se tornava impossível imaginar um cenário onde a economia sulista não tivesse escravos, pois eles estavam presentes em diversas áreas, não somente na produção agrícola, mas também nos serviços domésticos e todos os outros serviços que eram necessários para a manutenção das fazendas, além de trazerem um status e prestígio aos escravocratas, já que entendiam que trabalhos braçais não eram para pessoas bem-nascidas.

Os senhores não abriam mão, portanto, do direito de ter escravos, decidir sobre suas vidas, castigá-los com violência, açoites e outras formas de tortura, separar os negros de suas famílias, abusarem de seus corpos e de sua capacidade de trabalho. (JUNQUEIRA, 2001, p. 70)

Apesar desse contexto, havia centenas de escravos que fugiam na busca de conquistar a sua liberdade.

Um exemplo muito conhecido é de Harriet Tubman, abolicionista e ativista que fez mais de 19 missões para o resgate de 300 pessoas pela Underground Railroad do sul dos Estados Unidos. Sua trajetória inspirou obras cinematográficas e pesquisas por parte de diversos estudiosos a respeito do seu legado na busca pela liberdade que, em sua fala, ela diz: “Eu racionalizei isto na minha mente e existiam apenas duas coisas a que eu tinha direito: liberdade ou morte. Se eu não pudesse ter uma, eu teria a outra.” (OLIVEIRA, 2022).

Não somente a figura de Harriet Tubman, mas tantas outras, levaram aos questionamentos do que fazer com a quantidade de escravos que fugiam e se escondiam nos estados do Norte e o fato de seus proprietários no Sul exigirem a devolução dos mesmos. Esse sistema político e econômico estava sendo combatida desde o final do século XVIII com projetos apresentados ao Congresso, mas que eram sumariamente negadas pois se entendia a figura do escravo como uma propriedade privada e com a proibição do tráfico negreiro aprovada em 1808, trouxe outros nuances a esse movimento que já estava ocorrendo.

Hoje pode-se perguntar como um país como os Estados Unidos apologista da liberdade individual mantinha milhões de negros em regime de escravidão? Como falar de igualdade e democracia ocultando os homens e mulheres escravizados? Para a grande maioria dos homens brancos daquela época, igualdade, democracia e liberdade eram princípios que orientavam os homens civilizados e educados naturalmente apenas os homens brancos. (JUNQUEIRA, 2001, p.75).

A raça negra era tida como a raça inferior que não era preparada para a cidadania, uma criatura brutal que necessitava de controle e que não tinham direitos iguais ao homem branco civilizado como liberdade, igualdade e democracia e princípios que eram designados aos civilizados.

Um dado interessante é que no ano de 1810 na Virgínia foi criado o Sociedade Americana de Colonização, que com uma proposta de comprar da África territórios para que fossem enviados os negros livres e até 1860 cerca de 15 mil

escravos haviam sido enviados para Libéria, nome dado a esse território.

Posteriormente ideias abolicionistas se espalharam por vários locais do país e surgem duas figuras importantes nesse debate: William Lloyd Garrison, jornalista reformista social e ativista pela abolição da escravidão que fundou o Sociedade Norte-Americana de Escravidão.

Outra figura importantíssima: Frederick Douglas, foi um homem que escapou aos 21 anos de idade de Baltimore, Maryland, e se estabeleceu em New Bedford, Nova Inglaterra e foi fundador do jornal abolicionista “The North Star”, um ativista combativo que era considerado um grande orador, que durante a Guerra Civil.

Em sua trajetória, esteve ao lado do presidente Abraham Lincoln recrutando tropas de soldados negros para o Exército da União visando a proclamação, a emancipação do povo negro, o direito ao voto e também foi personagem de apoio na luta do sufrágio feminino e dos movimentos feministas encabeçados por mulheres brancas e mulheres negras na época.

Outro dado importante, apontado pelo professor e pesquisador do instituto de história da UFRJ, Vitor Izecksohn, presente em sua obra intitulada “Estados Unidos: Uma história”, é de que após o cessar do tráfico transatlântico de escravos, houve um equilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres escravos, algo que não ocorreu em Cuba e no Brasil, e a condição de vida dos escravos no sul dos Estados Unidos tinha se tornado melhor do que as que prevaleciam no Brasil até pelo menos a sua interrupção no Império em 1850. (IZECKSOHN, 2021, p. 77).

Foram surgindo assim, a partir da figura de Garrison e Douglas diversas ideias abolicionistas que reivindicavam o fim da escravidão, Douglas atraía para sua luta diversos ex-escravos e em uma das publicações de seu jornal traz o relato de Harriet Jacobs, escrava do Carolina do Sul, que narra castigos físicos aplicados como correção aos escravos por sua proprietária que beiravam a ser açoitada até sangrar com golpes de chicote, cuspiam em todas as paredes para que as escravas não pudessem se alimentar e medir as quantidades de cada um dos alimentos presentes na casa para que nenhum deles fossem consumidos.

Esses e outros relatos foram comovendo toda uma sociedade à causa negra, assim como o livro “Uncle Tom’s Cabin” de Harriet Beecher Stowe, que trazia a imagem cruel da escravidão. Ao ser publicado no ano de 1852, teve 300 mil exemplares vendidos ganhando notoriedade internacional sendo utilizado para

divulgar a causa abolicionista.

Em seu discurso em 1860, o então presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, com 40% dos votos e o apoio dos estados do Norte, enfatiza a premissa de uma casa dividida que evitava a impossibilidade da existência de dois modos econômicos distintos na continuidade de um governo. Esse discurso tem grande impacto e gera revolta e discordância com os estados do Sul: Carolina do Sul, Mississippi, Flórida, Geórgia, Alabama, Louisiana e Texas, levando a se separarem da união e criarem os “Estados Confederados da América”. Os confederados fizeram sua própria constituição em 1787 e apontavam a permanência da escravidão como sistema político e econômico e elegeram o grande fazendeiro Jefferson Davis, um escravagista declarado, como presidente colocando a capital dos estados confederados em Richmond na Virgínia.

Ao assumir a presidência, Lincoln enviou uma expedição naval, mas homens da Carolina do Sul chegaram antes e bombardearam o forte em abril de 1861, dando início à guerra civil.

O real objetivo da guerra era evitar a divisão dos Estados Unidos em dois países, o que leva a chamar o seu exército de “Exército da União”, que lutava pela não separação da nação. Os Estados do Norte possuíam um número superior em comparação ao Sul de soldados, pois contava com um exército de negros libertos em sua luta comovidos por histórias como da Olaudah Equiano, Solomon Northup e Mary Price, que em suas autobiografias falavam sobre as crueldades da escravidão no Sul. (IZECKSOHN, 2021, p. 78).

O Exército da União, que lutava pela emancipação, segundo Izecksohn, totalizaram cerca de 180 mil soldados negros. (IZECKSOHN, 2021, p.124) Ironicamente, apesar de estarem lutando pelos interesses do Exército da União, estes reivindicaram por uma remuneração mais justa e por regimentos menos severos, e uma cidadania militar equiparável aos brancos, na qual não tivessem punições tão duras. Após quatro anos de guerra, foi decretada a vitória do Exército da União, que deixou como saldo 625 mil mortos, a maioria por conflitos, mas com uma grande parte falecendo em decorrência de doenças infecciosas, e outra parte dos que sobreviveram estavam mutilados, cerca de 50 mil. (JUNQUEIRA, 2001, p. 85).

A guerra civil americana ficou conhecida como a “Grande Tragédia” pela

avançada tecnologia, técnica militar e armamentos que foram utilizados. Após essa derrota do Sul, diversos abolicionistas reivindicam que os libertos deveriam ser indenizados, muitos deles inclusive, chegaram a alterar seus sobrenomes, como forma de se desvencilhar das conexões com seus antigos senhores. Porém, todas as tentativas de reparação aos escravos recém libertos foram ignoradas, e o que em troca foi estabelecido foi justamente uma narrativa de que qualquer tipo de assistência social colocaria o negro às custas do homem branco, como apontado por Izecksohn, forçando esses escravos recém libertos a trabalharem para seus antigos senhores por salários ínfimos.

Dentro de toda essa narrativa, a liberdade que tinha sido concedida eram para homens negros. Izecksohn, aponta que mulheres ainda eram mantidas longe do trabalho assalariado, e que o surgimento da 15ª emenda, que garantia o direito ao voto a todo cidadão independentemente de sua raça, apenas correspondia a homens. (IZECKSOHN, 2021, p. 154).

O sul dos Estados Unidos, teve uma reação contrária à conquista dos negros e por meio de leis, que vieram a ser chamadas de leis “Jim Crow”, criaram um sistema de segregação racial que proibia que pessoas negras tivessem o direito de ocupar cargos públicos, portar armas, de ocupar empregos dos homens brancos, de fazer parte em júris, de votar e os separando em todos os espaços públicos para a categoria de brancos e negros, e apagando quaisquer direitos civis que foram sancionados pelo Congresso.

Além deste fator, a criação da 13ª emenda que configurava liberdade a todos os cidadãos, desde que os mesmos não cometam nenhum tipo de crime, no documentário realizado pela Netflix “13ª emenda”, com a direção de Ava DuVernay, conta com diversos historiadores trazendo a questão de que a mesma foi utilizada para encarcerar a população negra, especialmente masculina, que estava livre nas cidades e que condenava a reclusão qualquer um desses indivíduos que estivessem sem emprego, levando a subordinação desses recém libertos a subempregos e empregos mal remunerados.

Izecksohn aponta que, para essas lideranças sulistas, era necessária a subordinação do negro para regular o status socioeconômico dos libertos, de forma que eles fossem condicionados a prover trabalho barato, que pudesse reerguer a produção agrícola e a economia do Sul, que eram os chamados códigos negros, que

ofereceu também anistia e perdão aos confederados e a proprietários de terras.

Já nesse momento, começam a ser propostas as primeiras leis de direitos civis, em março de 1866, porém o presidente Johnson vetou-as, o que reacendeu e legitimou o surgimento de organizações secretas, paramilitares e ilegais formadas por homens brancos, como o “Cavaleiros da Carmélia Branca”, a “Irmandade Branca”, a “Associação 77” e a mais conhecida de todas, a “Ku Klux Klan”, que tinha por objetivo intimidar, linchar, espancar e assassinar os negros, como forma de restabelecimento da supremacia branca na reconstrução do sul. A organização data ao ano de 1868, porém ela teve outros movimentos de ápice de sua atividade, que foram no início do século XX, também antissemita, e se ergueu novamente em 1946, também numa vertente anticomunista e em ataque aos movimentos de direitos civis.

O grupo Ku Klux Klan contava também com apoio e participação de autoridades locais que eram favoráveis aos mesmos ideais. Além das atuações dentro dessas organizações, os próprios cidadãos realizavam chacinas de adultos e crianças, espancamentos e enforcamentos coletivos de negros, além de destruir suas casas e seus bens e serem intimidados com armas sobre a justificativa que eram apresentadas naquele momento na vazão de seu ódio racial.

No ano de 1865, o Congresso criou a Secretaria dos Homens Livres, que deveria funcionar como uma política de bem-estar social fornecendo comidas, cuidados médicos, educação e roupas para libertos e também para refugiados brancos, na ajuda ao combate do analfabetismo, desnutrição e ausência de qualificação profissional, propriedade e de empregos, que obteve sucesso com aproximadamente 150 mil adultos negros alfabetizados.

Outra organização que teve um papel importantíssimo nessa luta foram as igrejas negras, que desempenharam esse papel fundamental na socialização e na consciência política durante o processo de emancipação até os dias atuais. Uma figura proeminente desse contexto social é o pastor Martin Luther King, que inclusive conquistou o prêmio de Nobel da Paz em 1964 na sua luta a favor dos direitos civis e que foi mártir desse movimento dos direitos civis junto ao Partido das Panteras Negras, Malcolm X, e tantos outros.

A tão sonhada ratificação que garantiu o direito a voto a todos os homens adultos, excluindo barreiras de raça foi efetivada na 15ª Emenda em 1869. Contudo ao edificar a consolidação do direito ao voto dos negros, deixou uma lacuna, segundo

a visão de Izecksohn, ao ignorar a luta das mulheres pelo direito ao sufrágio, o que levou posteriormente a um rompimento entre as causas do sufrágio feminino e da integração do negro na sociedade.

Os negros e os índios, junto com as mulheres, foram excluídos da expansão democrática. Os índios foram progressivamente desalojados de suas terras e de seu modo de vida, uma situação que levou a um processo de limpeza étnica, marcado pela extinção de tribos e culturas que não resistiram à marcha irreprimível da migração interna. Os negros foram sujeitos a formas de exploração intensas, especialmente a partir do grande avanço para o Oeste, que acelerou o tráfico interno, ameaçando a existência das famílias negras e de outras conquistas que haviam sido obtidas ao longo de mais de um século de conflitos e negociações as mulheres permaneceram alijadas do direito de voto, ainda que muitas brancas tenham se beneficiado dos direitos civis, incluindo o direito à propriedade. (IZECKSOHN, 2021, p. 169.)

A política sulista que foi estabelecida pelas elites antigas escravagistas teve um padrão de exclusão dos negros tão crescente no cunho da segregação racial que se estabeleceu como uma “segunda escravidão”.

Assim como houve nas décadas anteriores, surgem ativistas como o W.E.B. Du Bois, na criação da “Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor”, posteriormente emergem vozes como a Martin Luther King Jr., que realizou a marcha sobre Washington, na qual ele profere o seu célebre discurso, “I Have a Dream”, falando sobre o seu desejo de um país no qual crianças negras e brancas possam conviver em harmonia; e Rosa Parks, que ficou conhecida por ser presa ao recusar a levantar de um ônibus para homem branco, o que levou a um movimento de boicote aos ônibus dos estados de Montgomery.

Deixando claro assim, que o legado trilhado dos presidentes Andrew Johnson, Abraham Lincoln, de repressão aos movimentos ativistas negros, também foi perpetuado posteriormente, que em paralelo aos dias atuais, também ocorreu no governo de Donald Trump, com o surgimento novamente da mesma pauta, agora com o título de “Black Lives Matter”, após casos de violência policial na comunidade negra.

3. ANGELA DAVIS

Figura 1- Angela Davis chega para uma audiência pré-julgamento na Califórnia de 1971



Fonte: Devaney, 2020.

Angela Yvonne Davis, nasceu em 26 de janeiro de 1944, em Bergman, no estado do Alabama, sul dos Estados Unidos, considerado um dos estados mais racistas do país e tornou-se professora, filósofa, ativista e pesquisadora no campo das humanidades. Angela, durante a sua trajetória, enfrentou diversas experiências que tiveram um impacto significativo na sua decisão de carreira e no tema a ser escolhido para desenvolver sua pesquisa acadêmica.

Seus pais, Sally e Frank Davis, foram ativos na resistência e luta contra a segregação racial, na época onde vigoravam as leis Jim Crow, no sul dos Estados Unidos. Além de professores, eles eram membros de movimentos anti racistas, como a “Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor”, e também amigos de integrantes do “Partido Comunista dos Estados Unidos”. Ao ingressar na escola, ela já lidou diretamente com o contexto de segregação racial na Cary A. Tuggle Elementary School.

Aos 15 anos, participou de um intercâmbio colegial, na qual obteve uma bolsa de estudos que a levou a estudar em Nova York, na Elizabeth Irwin High School, onde teve conhecimento sobre o socialismo em aulas de história, na

região do Greenwich Village, entrando no grupo organizacional marxista e leninista, chamado Advance, irmão do Partido Comunista, e a partir desse momento começou a entender, nesse caminho teórico, uma possibilidade de resolução das tensões raciais estabelecidas naquele contexto. Na década de 60, Davis passa a estudar na Universidade de Brandeis em Massachusetts, literatura francesa, e durante a graduação ela é contemplada com uma bolsa de estudos no programa Hamilton College para estudar em Sorbonne, em Paris.

E ao retornar desse intercâmbio, ela continua o seu interesse pela filosofia marxista, sob a orientação de Herbert Marcuse. No ano de 1965, viaja para a Alemanha para sua pós-graduação em filosofia, sendo orientada por Theodor Adorno na Universidade Goethe, em Frankfurt. Entretanto, ao acompanhar o momento de tensões raciais dentro dos Estados Unidos, ela decide retornar e ter participação ativa no movimento.

No ano de 1967 integra o “Partido dos Panteras Negras”, uma organização fundada por Bobby Seale e Huey Newton em 1966, que instituiu programas sociais comunitários de acesso à alimentação, atendimento clínico nas comunidades negras e pobres, além de estabelecerem a prática de patrulha com cidadãos portando armas, monitorando o comportamento do departamento de polícia na sua atuação dentro das comunidades. Esta organização chegou a ser considerada pelo diretor do FBI, J. Edgar Hoover, como a maior ameaça de segurança interna do país, tendo seus integrantes caçados e acusados de criminosos e terroristas.

A organização teve seu fim em 1982, com a morte de seus principais líderes.

Angela Davis tem sua história intimamente ligada ao mesmo, pois, por sua proximidade com o movimento, se uniu na luta pelo apoio a George Jackson, Fleeta Drumgo e John Clutchette, caso conhecido como “Irmãos Soledad” e que fez ser a terceira mulher a integrar a lista dos 10 fugitivos mais procurados pelo FBI.

Sua prisão foi decretada na Califórnia e o FBI passou a investigá-la e caçá-la para ser presa. O acontecimento chamou a atenção da mídia pela presença da figura de uma intelectual jovem e negra, com uma equipe de

advogados, que em um julgamento que durou 18 meses, foi televisionado e transmitido pelo mundo inteiro; ela foi inocentada de todas as acusações e teve sua liberdade.

A ativista foi tema de músicas compostas por John Lennon e Yoko Ono e da banda Rolling Stones. Após a sua liberdade, ela foi para Cuba, onde encontrou Huey Newton e Stone Kelly Carmichael, colegas que eram ativistas radicais pela luta da comunidade negra e desde então, a mesma se dedicou ao ativismo, à luta pelo abolicionismo penal, e retornou à Universidade da Califórnia de Los Angeles, como professora nos estudos de raça e gênero, filosofia, teoria crítica, abolicionismo penal e feminismo negro, e é atualmente professora emérita na mesma universidade

Se candidatou também a vice-presidente dos Estados Unidos na chapa de Gus Howe, presidente do Partido Comunista dos Estados Unidos, entre 1980 e 1984.

Seu trabalho constitui uma ênfase política na interseccionalidade das experiências de opressão de classe, raça e gênero, mas também aborda a reivindicação pela abolição do sistema prisional como um todo, pelo seu legado nefasto causado na comunidade negra, que no pós-abolição foi condenada aos presídios, e que hoje, os Estados Unidos tem o maior número de pessoas presas do mundo, sendo que negros são cinco vezes mais encarcerados em prisões estaduais pelo sistema de justiça americano do que brancos, e estudos, apontados no documentário “13ª emenda”, que conta com a presença de Angela Davis, trazem o dado de que nos Estados Unidos atualmente tem mais negros na prisão do que haviam de escravizados no século XIX.

Angela Davis esteve presente em diversos contextos ao redor do mundo que abarcam as lutas no Oriente Médio, na América Latina, nos conflitos da faixa de Gaza defendendo a Palestina, no movimento de luta contra o apartheid na África do Sul, e também em sua visita ao Brasil exaltando o legado de Paulo Freire e reivindicando justiça pelo assassinato de Marielle Franco.

Em seu trabalho mais recente, esteve no Brasil participando do “18º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada”, na Bahia, na qual lançou a versão em português do livro “Abolicionismo”. Feminismo.

Já” pela Companhia das Letras, em parceria das pesquisadoras Erika Maynards, da Universidade da Califórnia e de Beth Ritchie, da Universidade Northeastern, na qual aborda a interseccionalidade, e o abolicionismo dentro do feminismo, à luz do recente movimento “Black Lives Matter”, impulsionado após o assassinato de George Floyd em 2020 por um policial branco dos Estados Unidos, dando prosseguimento à sua defesa pela desmilitarização das corporações policiais, a suspensão do processo de construção de prisões e as discussões sobre os movimentos negros ao redor do mundo.

4. OBRAS ESCOLHIDAS

A decisão sobre tais títulos se deu, por conta da formação centrada na área de educação, e pelas contribuições acadêmicas que a autora Angela Davis, pode trazer, tanto o título “Mulheres, Raça e Classe”, quanto “Mulheres, Cultura e Política”, ao abordarem as questões da educação sobre o prisma dos debates de raça, gênero e classe.

O título “Mulheres, Raça e Classe” se debruça acerca das questões de gênero nos séculos XIX e XX, à luz dos processos libertação da mulher e movimentos feminista e permeiam de maneira muito contundente a questão racial nos Estados Unidos durante a escravidão, no movimento pela abolição da escravidão, pelo fim do apartheid, pelos direitos civis e na sociedade moderna como um todo pela igualdade racial.

Esse é um dos principais livros da autora que destaca a filosofia de Friedrich Engels e Karl Marx e o caminho traçado na sociedade americana de crítica ao capitalismo como estrutura financeira e política excludente pautada no poder monetário.

A obra “Mulheres, Cultura e Política”, se trata de uma coletânea composta por diversos discursos em conferências, espaços universitários e espaços políticos onde expôs sua ideologia. O livro contém diversas contribuições sobre assuntos que permeiam a atualidade e foi escolhido para serem analisados aqueles que dialogam com as temáticas de cultura e educação.

4.1 Mulheres, Raça e Classe (1981)

Nesta obra, Angela Davis discorre em treze capítulos sobre diversos tópicos que consolidaram os pontos principais de sua filosofia acerca da sociedade. No primeiro capítulo, ela inicia olhando a partir da vivência das mulheres negras e a sua condição de trabalho no pós-escravidão e traz diversos dados importantes desta época, discorre em relação as mulheres serem mais baratas do que os homens e de que maneira esse legado nefasto interferiu na condição dessas cidadãs.

As escravas eram muito mais lucrativas do que os trabalhadores do sexo masculino, tanto livres quanto escravos. Seu custo de exploração e manutenção é menor do que o de homens no auge da força. Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão masculino quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências durante a escravidão. Algumas, sem dúvidas, ficaram abaladas e destruídas, embora a maioria tenha sobrevivido, e nesse processo adquirido características consideradas tabus pela ideologia da feminilidade no século XIX. (DAVIS, 1981, p.23-24)

No segundo capítulo, apresenta um panorama a respeito do movimento antiescravagista e da origem dos direitos das mulheres, pontuando que a partir de um certo momento homens negros e mulheres negras se identificam com mulheres brancas na luta por uma libertação conjunta, na qual a educação era uma das principais pautas.

Surge nesse momento um levante de professoras brancas, como Prudence Crandall, que acolheram diversos alunos negros em suas casas ensinando-os a ler e escrever, e por conta desse contexto tão ostensivo, sofreram represálias chegando a ter suas casas queimadas e serem perseguidas por estarem atuando ao lado de ativistas negras que lutavam pelo fim da escravidão e pelos direitos ao voto.

Prudence Crandall, fundou uma escola para adultos e crianças negras, mas por parte dos próprios moradores de Canterbury, Connecticut, sofreu represálias, na qual os lojistas se recusaram a vender materiais para ela, os médicos não atendiam os alunos que estavam doentes, os farmacêuticos recusaram remédios e no ápice desse movimento quebraram as janelas e atearam fogo ao prédio.

Tais atos culminaram em uma ação das autoridades de Connecticut, exigindo a prisão de Prudence Crandall por ter continuado as atividades dessa escola e esses ataques, assim como a prisão dessa educadora, contribuíram para o surgimento do jornal “Liberator” de William Lloyd Garrison e a fundação da primeira organização antiescravagista nacional.

No seguinte capítulo, evoca a luta das mulheres brancas pela liberdade de decidir sobre o seu próprio destino, enquanto havia mulheres brancas lutando pela sua libertação da casa, do lar, do marido e dos filhos, bem como das atividades domésticas, o que as levou por anos às escolas de boas maneiras, havia também 38.927 mulheres operárias nas fábricas de tecidos do nordeste dos Estados Unidos.

Essas mulheres, que eram a maioria nas fábricas, eram supervisionadas e a realidade que elas se deparavam nas fábricas eram de jornadas inacreditavelmente grandes, de 12, 14 e até 16 horas por dia, com condições atroz de trabalho e alojamentos demasiadamente lotados. (Davis, 2016. p. 65.)

Nesse cenário, temos duas figuras notáveis do movimento sufragista feminino as irmãs Angelina e Sarah Glynké, que apesar da recusa pelos seus colegas, reivindicavam que dentro dessa pauta houvesse abertura para as mulheres negras, pois as mesmas eram excluídas. Um ativista extremamente importante Frederick Douglass, que foi um abolicionista e escritor estadunidense que saiu da condição de escravo e tornou-se um líder na luta pela libertação do povo negro e sua inserção dentro da sociedade com todos os direitos cabíveis que eram concedidos aos homens brancos.

O ativista foi incentivado por William Lloyd Garrison, ao chegar em Massachusetts para discursar aos líderes da sociedade de escravidão, formada integralmente por homens brancos, a se engajarem na luta antirracista, da qual levou até o fim de sua vida e servindo de influência inclusive para Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos.

Uma de suas grandes lutas foi justamente que o povo negro tivesse direito a voto como cidadão que pode decidir sobre a política dentro da sua sociedade, sendo que após a proclamação da emancipação em 1863, que de fato deu fim à escravidão nos Estados Unidos, Frederick Douglass teve desapontamentos em relação a

Abraham Lincoln que não utilizou da proclamação para que esses ex-escravos tivessem direito a voto e anos depois, após a morte de Lincoln, de fato isso pôde acontecer no ano de 1876 na qual ele discursou na frente do memorial da emancipação.

Essa figura tão potente dentro das questões sociais também se configura num homem negro que esteve do lado da luta de mulheres negras e mulheres brancas no sufrágio feminino e na luta pelos direitos das mulheres ao acesso à educação, acesso ao voto e também de igualdade na sociedade.

No início do quinto capítulo, a autora discorre sobre o real significado da emancipação para as mulheres negras, que no momento eram sujeitas as cargas de trabalho mais exorbitantes do que as mulheres brancas, nos pós abolição com o surgimento das leis de segregação racial, “Jim Crown”.

Em Nova York, possuíam cerca de 200 estabelecimentos conhecidos como “mercados de escravas” que faziam alusão ao tráfico negreiro, mas que se tratavam de um ponto de encontro de mulheres negras em busca de trabalho.

De acordo com Davis, um artigo publicado no jornal “The Nation” de 1938 intitulado, “nossas donas de casas feudais,” afirma-se que as mulheres trabalhavam em torno de 72 horas por semana recebendo os menores salários em relação a todas as ocupações e estavam sujeitas a todo o tipo de humilhação e violência que pudesse ocorrer dentro das casas dos seus chefes.

Davis retoma sobre a liberdade de educação dentro da perspectiva das mulheres negras, mais uma vez trazendo na figura da professora Prudence Crandall, destaca também o nome de Margaret Douglass, que foi presa por manter uma escola para crianças negras em sua casa, e Myrtilla Minner, que arriscou sua vida ao alfabetizar crianças negras.

Ao relatar a luta travada por mulheres brancas que foram presas, sofreram perseguição e represália pela comunidade por estarem dando acesso à educação a essas crianças negras, Davis defende que a aquisição do conhecimento pelas pessoas negras foi uma luta tão feroz quanto pelo direito a voto, pelo acesso a condições de trabalho melhores e a própria liberdade

Na virada do século, o processo do sufrágio feminino tem como líderes Ida B. Wells e Susan B. Anthony que fundaram a primeira agremiação de sufragistas. No interior desse movimento, Susan B. Anthony era simpatizante das causas de Frederick Douglas, mas deixou claro em suas falas que não queria que nada se colocasse no caminho que traria as mulheres brancas do Sul à associação sufragista. Ida B. Wells, que foi também uma mulher que lutou pelo sufrágio, mas que era negra, via em Susan o reflexo do racismo dentro da luta feminista, e que mulheres negras não eram aceitas nesse espaço do sufrágio feminino, ao ponto de não serem aceitas dentro de sua associação nacional.

Frederick Douglas, que por anos se pôs ao lado das mulheres lutando pelo acesso à educação, teve sua filha expulsa da escola, sob a justificativa de que era um espaço reservado apenas a pessoas brancas, e as irmãs Glienke e Susan B. Anthony, não demonstraram o apoio à causa, apesar da contribuição de Douglas em suas pautas.

Na conversão de 1895 da “Associação Nacional Estadunidense pelo Sufrágio Feminino”, o advogado e economista Henry Blackwell levantou o argumento de que a sociedade do Sul deveria se pôr ao lado das sufragistas femininas, pois essas brancas eram muitas mais instruídas do que os 4 milhões de homens e mulheres negras, que se categorizam junto com nativos e estrangeiros como analfabetos, e que se não fosse combatida a iminência do poder político dessa população, haveria uma decaída da supremacia política da raça branca.

No oitavo capítulo da obra, elucida o local das mulheres negras e o movimento associativo, que seria a junção da raça com a questão de gênero na conquista do acesso ao voto e condições sociais de existência de maior qualidade.

São criadas nesse ponto a “Liga do Sindicato das Mulheres”, “Liga Assalariada pelo Sufrágio” e a “Associação Nacional das Agremiações de Mulheres de Cor”, que contou com Margaret Murray Washington, Ida B. Wells, Mary Church Terrell e Mary McLeod, levantando dados que das 8 milhões de mulheres que entregavam a força de trabalho na primeira década do século XX, mais de 2 milhões eram negras.

Uma nova personalidade é apresentada neste momento, a ativista Elizabeth Cady Stanton, que tinha o anseio de ter uma associação de trabalhadoras sufragistas, ao lado de Susan B. Anthony, enxergando que a oligarquia estabelecida

era a dominação do homem sobre a mulher. Porém, como falado anteriormente, a questão da raça também atravessava firmemente as mulheres negras, que apoiavam a batalha pelo sufrágio até o último minuto e que entendiam a importância da interseção entre essas duas questões.

Angela Davis aponta que mulheres negras estavam mais do que dispostas a colaborar com poderes de observação e julgamento para a criação de um novo movimento multirracial pelos direitos políticos das mulheres, mas a cada tentativa elas eram traídas, menosprezadas e rejeitadas pelos líderes do branco movimento sufragista feminino. Tanto para as sufragistas quanto para as integrantes do movimento associativo, as mulheres negras eram seres meramente dispensáveis quando se tratava de conquistar o apoio das bancas do Sul. Quanto à campanha pelo sufrágio feminino, aparentemente todas as concessões feitas às mulheres sulistas fizeram muito pouca diferença no final.

Quando os votos pelas 19ª emendas foram totalizados, os Estados do Sul ainda estavam alinhados no campo de oposição e de fato quase conseguiram derrotar a emenda e após o movimento sufragista alcançar a sua vitória, diversas mulheres negras no Sul foram impedidas de exercer seu direito que fora adquirido. E houve uma crescente de violência por parte da Ku Klux Klan em locais como Orange County, na Flórida, e Américos, na Geórgia.

Encaminhando para o fim da obra no capítulo 10, a autora incorpora a questão de classe, citando a publicação do “Manifesto Comunista” de Friedrich Engels e Karl Marx em 1848, para contar o desenrolar dessas teorias no movimento comunista e socialista dos Estados Unidos com a criação em 1852 da “Liga Pluritária” por um colega próximo de Marx e Engels, chamado Joseph Weydemeyer que emigrou para os Estados Unidos e fundou a primeira organização marxista da história do país.

Davis, pontua que assim como a “Liga Pluritária” ocorre o surgimento da “Associação Nacional de Trabalhadores”, a “Agremiação Comunista”, e futuramente, o “Partido Trabalhista Socialista”, todos predominantemente comandados por homens. Mas é somente em 1900 que a composição começou a se transformar devido a reivindicação de equidade feminina e que durante a sua atuação o partido apoiou a luta pela igualdade feminina, sendo o único que apoiou o sufrágio.

Diversos outros grupos surgiram como organizações sindicais industriais que visavam olhar para o proletariado e suas condições de trabalho. A partir desse momento, Angela vem trazendo a sobreposição da questão de raça e classe na perspectiva do socialismo quando exemplifica as desigualdades no trabalho enfrentadas por homens e mulheres negras.

Ela dá destaque a algumas mulheres negras que fizeram parte desse movimento que são: Lucy Parsons, Ella Reeve Bloor, Anitta Whitney, Elizabeth Gurley Flynn e Cláudia Jones, mulheres que lutaram pela questão da igualdade. Antes de finalizar, Davis também toca numa ferida muito conhecida da população masculina negra, que é o mito do estuprador e toda a relação que cerca o abuso sexual dentro da história dos Estados Unidos na qual criou-se a imagem do homem negro como um estuprador em potencial, um homem selvagem e bárbaro que ataca mulheres brancas de família desprotegidas.

Essa retórica gerou diversos linchamentos por parte da Ku Klux Klan e da população brancas em geral a jovens negros. Um caso muito conhecido é de Emmett Till, um garoto de 13 anos que foi acusado de estuprar uma mulher de 32 anos e que apesar de todas as provas elucidarem de que ele era inocente, ele foi espancado até a morte e teve seu corpo jogado num rio, e mesmo sua família leva o caso à corte seus assassinos foram inocentados. Este caso que ganhou diversa notoriedade, pois sua mãe, Mommy Till, em associação com organizações de ativismo racial promoveram uma divulgação por todo o país do funeral de Emmett para que todas as pessoas, incluindo a imprensa, pudessem ver o que eram feitos com pessoas negras no sul dos Estados Unidos, especificamente no Mississippi.

Este e outros casos apontados por Angela Davis, neste momento trazem o viés que ela deseja levantar sobre esta este acontecimento, que era o movimento de diversas mulheres brancas acusando homens negros de estupro e diversos linchamentos em massa por parte da Ku Klux Klan a jovens homens negros, inclusive retratado de maneira peculiar no filme “Birth of a Nation” (o nascimento de uma nação), de 1915, dirigido por D.W.Griffin, que traz a figura de um homem branco utilizando *blackface*¹ estuprando uma mulher branca, ele é capturado e assassinado

¹ Blackface é uma prática que envolve a pintura do rosto de uma pessoa com tinta preta ou escura, geralmente para imitar ou estereotipar pessoas negras. Essa prática tem raízes no teatro e na cultura

por pessoas com capuz brancos pontiagudos, roupas brancas e cruzeiros na figura de justiceiros sociais, que defendem a honra de mulheres indefesas (signos estes de vestimenta e ritual utilizado pela Ku Klux Klan após este filme, como apontado no documentário 13ª emenda, que o grupo anteriormente não havia ganhado tanta força e validação social neste aspecto estético).

Angela elucida que curiosamente o maior número de estupros naquela época no sul dos Estados Unidos não era por parte dos homens negros em relação às mulheres brancas, mas sim dos homens brancos em relação às mulheres negras, como uma herança da escravidão de dominação de poder.

Por fim, Angela Davis finaliza a obra falando sobre a obsolescência do trabalho doméstico na sociedade atual e a perspectiva para essa classe trabalhadora de mulheres negras que atuam nos serviços domésticos nos Estados Unidos, abordando o caráter geracional dessa atividade que remonta o cenário que havia dentro das casas grandes e nas lavouras de algodão, em que estas mulheres eram levadas para dentro de casa realizando a maior parte das atividades domésticas e cuidando dos filhos da mulher branca.

4.2 Mulheres, Cultura e Política (1990)

Como mencionado anteriormente, Angela Davis é professora emérita do Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia e por ser um ícone na luta pelos direitos civis e a sua atuação acadêmica, ela foi e é convidada a discursar em diversas conferências, universidades, palestras e entrevistas.

O livro anterior foi publicado no ano de 1981, este foi publicado em 1990, porém reúne ensaios da década de 1980. Os dois trabalhos quando foram escritos e publicados ainda estavam num contexto em que existia o apartheid na África do Sul, então vários dos pontos levantados neste e no livro anterior não abarcam o momento de Frederic de Klerk em fevereiro de 1990 decreta a abolição do apartheid, assim

popular do século XIX, onde era frequentemente usada para caricaturar e ridicularizar indivíduos negros.

como a libertação de Nelson Mandela após 27 anos de prisão pela luta contra o regime de segregação racial no país.

Sendo assim, este livro é dividido em três tópicos que diferente do outro, que contava com 13 capítulos falando sobre temas elaborados pela autora, possui seus discursos referentes a cada um desses parâmetros.

O primeiro bloco intitulado “Sobre as mulheres e a busca por igualdade e paz” inicia com discurso apresentado na “Conferência Anual da Associação Nacional de Estudos sobre as Mulheres” na Spelman College em 25 de junho de 1987. Nesse texto, ela fala sobre as perspectivas de empoderamento das mulheres afro-americanas e utiliza a frase “erguer-nos enquanto subimos”, acrescenta ao longo de sua fala que discursos como o de trabalhadoras para Susan B. Anthony de que “mulheres querem pão, não voto ” refletem as condições de mulheres de classes menos privilegiadas e não levam em consideração nem o caminho traçado pelas trabalhadoras brancas e muito menos pelas afro-americanas.

Em sua fala aponta acerca da união como arma potente e muito importante na continuidade da luta por condições melhores de trabalho, salários mais altos e o total fim do risco de linchamento e enfatiza a necessidade da intensificação da adoção do princípio da batalha geral por igualdade. Além disso, que se deve criar um movimento revolucionário e multirracial de mulheres que aborde de maneira séria as principais questões que afligem as mulheres pobres e trabalhadoras.

As principais demandas são empregos, equidade salarial, licença maternidade remuneração justa, creche com subvenção federal, abortos subsidiados e proteção contra esterilização forçada. Os debates sobre a esterilização forçada, compreende mulheres negras terem sido submetidas a abortos compulsórios, tópico presente no livro anterior, no décimo segundo capítulo “Racismo, controle de natalidade e direitos reprodutivos”, onde ela traz à tona a luta das mulheres brancas pelo direito do aborto, concomitantemente com os abortos forçados que foram realizados em mulheres negras indígenas, latinas, para que houvesse uma limpeza racial.

O presidente Theodore Roosevelt em 1905 concluiu seu discurso no Lincoln Day com a declaração de que a pureza da raça deveria ser mantida e equiparou a queda na taxa de natalidade da população branca com a eminente ameaça do suicídio da raça, o que levou as dificuldades do movimento feminista branco nos

Estados Unidos ao acesso ao aborto, debate presente até os dias atuais, na reivindicação do acesso ao ensino superior por meio do controle da natalidade; o ex-presidente completa que a população pobre tinha obrigação de reduzir o tamanho de sua família, pois drenavam os impostos e os gastos com caridade dos ricos, e que essas crianças eram menos propensas a se tornarem superiores.(DAVIS, 1981, p. 211)

Neste contexto, surgem as ideias eugenistas de controle da natalidade da população negra, obrigando diversas mulheres a realizarem abortos de maneira compulsória, chegando a ser categorizado como um genocídio da população negra, não tão somente pelo aborto, mas também pela obrigatoriedade da esterilização, segundo Davis, Guy Irving Burch, diretor da sociedade eugenista estadunidense, defendia o controle da natalidade como arma para, “ prevenir o povo estadunidense de ser substituído pela estirpe negra estrangeira, seja pela imigração, seja por taxas de natalidade excessivamente altas, entre outras causas neste país”.(DAVIS, 1981, p. 216)

A “Sociedade Eugenista Estadunidense” aprovou em 26 estados leis de esterilização compulsória e milhares de pessoas “inaptas” já haviam sido cirurgicamente impedidas de reproduzir. A organização que sucedeu essa liga, a “Federação dos Estados Unidos pelo Controle de Natalidade”, criou o “Projeto Negro”, que o principal argumento era que uma massa de negros, particularmente no Sul, ainda procriava de forma negligente e desastrosa, o que resultava no aumento entre os negros ainda mais do que entre os brancos.

É apresentado o dado de que a taxa de esterilização mensal era de 19 mil pessoas e durante os anos de 1970 houve a presença de corporações mecanizadas dos setores industriais metalúrgicos e farmacêuticos; e outro dado aponta que na Carolina do Norte desde o ano de 1933 haviam sido realizadas 7.676 esterilizações, assim como o histórico do estado desde 1964 apontava que 65% das mulheres esterilizadas eram negras.

Ao longo da obra, vem à tona os debates sobre o desemprego, que gerou uma comunidade feminina negra pobre que dependiam de programas subsidiados pelo governo federal, mas que não se mostravam suficientes para abarcar a quantidade de mão de obra que estava sem trabalho, que passava de 7,5 milhões, cenário que a

população negra tinha duas vezes mais chances de estar desempregada, e na população adolescente, a possibilidade da condição era quase três vezes maior.

No governo de Ronald Reagan, a estimativa era de 18 milhões de pessoas em idade ativa estavam sem trabalho, assim como a maior parte da população negra estava em subempregos, e moradores de rua também eram designados a subempregos. Ao decorrer de sua fala, Davis retoma a linchamentos realizados pelo Ku Klux Klan e a necessidade de se criar leis locais e federais contra esses atos de violência.

Mas foi apenas no governo de Joe Biden em 30 de março de 2022, que a primeira lei contra o linchamento foi decretada como um crime de ódio federal, que leva o nome de “Emmett Till”, jovem que foi negro vítima de um ataque racista em 1955 no Mississippi.

Neste artigo, é possível perceber que desde a conferência de 1987, era pautada de maneira primordial o caráter de urgência de leis que criminalizassem os linchamentos em massa realizados contra homens negros na história dos Estados Unidos.

Mais adiante, em um outro discurso apresentado em 1984, Angela Davis argumenta sobre a luta das mulheres negras e brancas contra o racismo e traz o exemplo de Sandra Day O'Connor, que foi a primeira mulher na Suprema Corte dos EUA escolhida pelo presidente Ronald Reagan, que fez oposição ao direito das mulheres ao aborto e se posicionou contra os direitos das mulheres, estando ao lado conservador da corte. Neste ponto, a autora enfatiza a necessidade dentro da política de mulheres que estejam defendendo as questões que contribuam para melhores condições de existência das mulheres, ainda mais em “uma era de profunda crise global do capitalismo monopolista, uma época de riscos crescentes de um homicídio nuclear, uma época de ameaça de invasão da América Central pelos EUA e um período em que a iminência do fascismo traz perigos sem precedentes”. (DAVIS, 1990, p. 29)

Logo, a questão política é um ponto muito importante para Angela neste livro, assim como foi em sua trajetória, sendo membro do Partido dos Panteras Negras e do Partido Socialista.

Ela aborda não só a questão das mulheres negras, mas também das mulheres latinas, mulheres indígenas, mulheres chilenas, mulheres mexicanas e suas condições de vida nos EUA, enfatiza a falta de assistência de programas sociais, que a questão da saúde também é um problema que afeta mães solteiras negras, já que 43% sofrem de hipertensão e 13% sofrem com diabetes. (DAVIS, 1990, p. 33)

Mais à frente, em um discurso apresentado em 1985 na Universidade do Estado da Flórida, ela traz novamente a questão do estupro do ponto de vista das mulheres negras que podem ser acometidas com esta agressão a qualquer hora, em qualquer lugar e com mulheres de todas as idades, desde bebês de quatro meses á mulheres com mais de 90 anos.

Embora o maior grupo isolado de sobreviventes do estudo seja formado por adolescentes com idade entre 16 e 18 anos, esse crime ocorre com mulheres de todas as raças, de todas as classes, independentemente de sua orientação sexual. Esse discurso de Davis, foca no cerne das agressões a mulheres negras e a necessidade de garantir a segurança por meio de uma ação sistemática que vise a proteção.

Davis observa que, é um elemento frequente da tortura imposta a mulheres que são prisioneiras políticas de governos fascistas e de forças contrarrevolucionárias, assim como foi usada por grupos racistas, como arma de terror político, assim como em outros momentos da história, como arma de guerra.

Um exemplo que ela traz é a violência sexual que foi aplicada na ditadura fascista do Chile, em que mulheres tiveram seus mamilos e genitais queimadas, tratamento de choque em todas as partes do seu corpo e estupros coletivos. Sendo assim, ela defende que sejam estabelecidas estratégias anti-estupro, que interliga com o tema do próximo discurso por ela realizado em 1987, que trata justamente a respeito da saúde e da política para as mulheres negras, que pauta o sistema de saúde dos Estados Unidos que tem a necessidade eminente de ser realizado pagamentos para ter um plano de saúde, do contrário, pessoas acabam condicionadas a diversas dívidas que chegam em suas casas provenientes de taxas de internação hospitalar e de recursos que foram utilizados.

Além da questão da falta de assistência médica, também sofrem pelo menos 20 milhões de pessoas no país com a falta de comida.

Outros dados a respeito de saúde, são que mulheres negras são mais propensas a morrerem de câncer de mama e que as taxas de câncer no colo do útero são maiores nesse grupo, mulheres negras são a maioria nas admissões de serviços ambulatoriais de psiquiatria, duas em cada três pessoas adultas pobres são mulheres e 80% da população pobre dos Estados Unidos é de mulheres e crianças. (DAVIS, 1990, p. 56)

Já no Fórum de Mulheres Negras em Los Angeles de 1985, Angela Davis aborda a campanha contra as armas nucleares, reivindicando a presença das mulheres negras também nessa luta, especificamente das mulheres afro-americanas.

No segundo bloco do livro “Sobre questões internacionais”, apontam questões que hoje em dia já não são mais presentes, como o regime de apartheid de William Botá, político do “Partido Nacional da África do Sul” e presidente da época que ficou conhecido por reprimir a ação de ativistas que combatiam este regime; posteriormente também falou a respeito da paz que era esperada após a Segunda Guerra Mundial e dos gastos exorbitantes em armas nucleares, trazendo estatísticas da Agência de Pesquisa sobre o Trabalho que indicavam que um bilhão de dólares tinha sido gastos em armas e que, em suas contas, esse valor poderia produzir 22 mil empregos militares ou 25 mil empregos para não militares e até 54 mil empregos em hospitais e 72 mil empregos em educação. Além de apontar outros gastos exorbitantes realizados durante a guerra e que poderiam ter sido utilizados em outros fins.

Em seguida, refere-se à crise do capitalismo na perspectiva de desemprego, falta de acesso à alimentação, acesso a bem-estar social, posteriormente faz um panorama dos anos 80 sobre derrotas e vitórias das lutas das mulheres.

Na metade desta publicação, é apresentada uma análise da autobiografia de Winnie Mandela, esposa de Nelson Mandela, no momento era líder do “Congresso Nacional Africano”, mantido preso. Ela conta a história dessa ativista e todas as coisas pela qual ela foi acometida.

Faz reflexões também sobre o Fórum de 1985 em Nairobi, Quênia, da Conferência da ONU, sobre a necessidade de oferecer ajuda às mulheres da África Meridional, América Central, Oriente Médio e todo mundo que esteja lutando pelos direitos democráticos de seus povos e pela independência do seu país. Apresenta

em seu discurso as mulheres do Egito e sua luta econômica, de gênero e racial, culminando em Clara Zetkin, teórica marxista alemã, defensora dos direitos das mulheres e ativista comunista do “Partido Social Democrata da Alemanha”.

Concluindo, temos o derradeiro bloco desse trabalho, que é “Sobre Educação e Cultura”, inicia-se com um discurso de 1983, apresentado na cerimônia de graduação da Berkeley High School, chamado “Imaginando o Futuro”, na qual ela se direciona a esses formandos e formandas sobre todo esse arcabouço político presente no contexto social, direcionando os mesmos a se envolverem no ativismo político. Posteriormente, ela proferiu o mesmo cunho de discurso para as formandas da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, em 1985. Faz um discurso acerca dos estudos étnicos e políticos.

Publicado no “For a People’s Culture”, do Political Affairs, em março de 1985, o título “A Arte na Linha de Frente” (Mandato para a Cultura de um Povo), Angela Davis exalta a “nossa cultura e nossa arte” e advoga pelo potencial revolucionário que a arte, que a cultura tem para um povo negro rumo à libertação. A mesma retórica também foi utilizada em sua passagem pelo Brasil no ano de 2019, na qual enfatizou que a arte e que a música é o legado mais belo que a comunidade negra pode deixar para o mundo. Ela enfatiza que essa cultura é restrita a poucos, mas que, precedida pelas falas de Marx e Engels, a arte é uma forma de consciência social.

Ela enfatiza a importância que os *negros spiritual* tiveram na linguagem de luta das pessoas escravizadas, ao não serem identificados os reais signos desta linguagem pelos donos de escravos, eles podiam manifestar causa e a comprovação de uma consciência política autônoma pois traziam um profundo anseio pela liberdade. Os *negros spiritual*, canções a capelas que eram cantadas nas lavouras de algodão por todo o Sul, muitas vezes tinham cunho religioso e eram utilizadas como forma de suportar as extensas rotinas de trabalho. Nesse mesmo local surge também o blues, que emerge desse contexto na comunidade negra, em figuras como Billie Holiday.

O potencial do revolucionário da música também é apontado na canção “Happy Birthday” de Stevie Wonder, reivindicando como feriado nacional o aniversário de Martin Luther King por centenas de jovens.

Por fim, ela traz a importância da fotografia e das artes plásticas também dentro do movimento de libertação do povo negro, assim como o da literatura, concluindo a obra com a premissa de que:

Se profissionais da cultura utilizarem seus talentos em uma escala sempre crescente para realizar a tarefa de despertar e sensibilizar as pessoas para a necessidade de uma contestação de massa à ultradireita, as chances de fortalecer e diminuir ainda mais o movimento antimonopolista, articulando classe trabalhadora, grupo afro-americanos, mulheres e pacifistas, crescerão imensamente.

À medida que esse movimento registra as vitórias, artistas atuais tiram inspiração da energia criativa desse processo e, como resultado, surgirão mais artistas. Se conseguirmos colocar essa dinâmica em ação, começaremos a nos mover de forma segura em direção à emancipação econômica, racial e sexual. De fato, rumo ao objetivo máximo do socialismo e seremos capazes de antecipar um sonho pacífico e livre. (DAVIS, 1990, p.180).

5. EDUCAÇÃO MUSICAL: UMA PRÁXIS TRANSFORMADORA

Dentro da construção da educação musical no contexto brasileiro muito se debate a respeito das pedagogias em educação música e das práticas diversificadas dos educadores desenvolvidas voltadas para o ensino da teoria musical, da percepção e as abordagens no repertório tradicional de música erudita com referencial europeu e do repertório que tange o século XXI.

Dentre essas, podemos citar as pedagogias de Émile Jaques-Dalcroze, Carl Orff, Murray Schafer, Keith Swanwick e tantos outros que estabeleceram bases que guiam o processo de aprendizagem. Essas metodologias são utilizadas nas escolas de música de ensino regular e nos conservatórios de música para tornar o ensino mais efetivo e completo no desenvolvimento de uma prática dentro das salas de aula por parte dos estudantes.

E no que tange às abordagens dentro da graduação, essas leituras priorizam a parte musical numa prática que remonta às experiências de conservatórios europeus, onde o principal foco é o desenvolvimento de virtuosos na música gerando uma alienação dos contextos sociais específicos de cada sociedade e das camadas históricas e políticas que influenciam na obtenção desse conhecimento.

Dentro desses conservatórios, assim como nas escolas de música que se pretendem criar uma excelência musical, pouco se aborda o contexto vivido por aqueles estudantes e as suas diversas origens e o como essas impactam diretamente a vivência desses estudantes ao longo da sua formação, portanto, é necessário elucidar sobre as especificidades do contexto brasileiro.

Por conta da ausência desses debates há um apagamento da própria ausência de pessoas negras, de mulheres, de pessoas de periferia dentro dos espaços musicais. Há esforços de pesquisadores da atualidade de debater essa ausência, segundo Catarina Domenici, pianista, compositora e professora do Departamento de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

A estrutura da música clássica foi criada no século XIX para confirmar o prestígio social da burguesia excluindo principalmente os negros e as mulheres para conferir esse prestígio se cria um repertório canônico só com obras de homens brancos formando todo um sistema educacional para a classe social afirma, ponto por isso, até a inclusão de mulheres em orquestras prestigiosas foi um processo lento(RODRIGUES, 2022).

Portanto, além do apagamento de musicistas e compositores negros o meio da música erudita se tornou hostil para as diversas camadas da sociedade que não se enquadram nesse padrão e a necessidade dos debates a respeito da questão racial, das questões de gênero e questões de classe na música erudita, se tornou essencial como forma de enfrentar essas desigualdades e promover um maior acesso tanto nos conservatórios, assim como nas universidades brasileiras.

Ao longo da atualidade, surgem nomes como a compositora Josy de Oliveira também apontava em suas falas que a resistência da participação das mulheres na música de concerto “só não é sentida por pessoas que estão alienadas a questões sociais e questões de gênero”. (OLIVEIRA, 2018)

A compositora foi a primeira a compor e dirigir óperas no Brasil e defendia que as conquistas que foram estabelecidas ao longo dos últimos anos ainda não se tornaram suficientemente abrangentes no que tange uma real igualdade dentro do meio.

Um levantamento feito do site Bachtrack aponta que entre os compositores participantes da programação mundial de música erudita apenas 2% são mulheres e 4% são mulheres regentes, também de acordo com a professora do Instituto de Artes da Unicamp, Denise Hortência Lopes Garcia:

As mulheres que atuam dentro do campo da música erudita majoritariamente são intérpretes como pianistas e violinistas e cantoras, mas em sua minoria se tornam regentes e compositoras e que, segundo ela, essas mulheres não teriam incentivos ao longo da sua formação para exercerem papéis de liderança. (OLIVEIRA, 2018)

Apesar disso diversos nomes como Fanny Mendelssohn Clara Schumann, Barbara Strozzi e Hildegard von Bingen apontam como vanguarda e exceções que conseguiram obter um certo prestígio ao longo da história apesar de todas as barreiras que foram apresentadas ao longo de sua formação e de um processo histórico de exclusão das mulheres em todos os ambientes da sociedade.

Na cena brasileira, temos compositoras como Marisa Rezende, Vânia Dantas Leite, Maria Helena Rosa Fernandes e Jocy de Oliveira que durante o século XX se depararam com falta de acesso, porém conseguiram desenvolver uma carreira e nos

apontam a necessidade de discutir a inserção das mulheres no campo da música erudita brasileira na atuação de compositoras.

Esse processo não se mostra diferente quando se aborda a questão racial, cantoras líricas negras como Maria da Aparecida e Joaquina Lapinha, durante sua carreira enfrentaram diversos episódios de discriminação, a ponto de só receberem destaque no próprio país após irem para fora do Brasil e atuarem performaticamente na Europa, e somente assim terem finalmente o seu reconhecimento.

Caso ampliemos esse panorama para olhar o cenário musical como um todo, um panorama sobre a presença feminina no mercado da execução pública de músicas no Brasil do ano 2023 foi realizado pelo ECAD e nos traz dados alarmantes de que apesar do censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrar que as mulheres representam 51,5% da população adulta do Brasil, no ano de 2022 do montante de 1,3 bilhões de reais distribuído pela gestão coletiva da música apenas 8% foram destinados a titulares do gênero feminino e no ano de 2023 apenas 10% do valor distribuído. (ECAD, 2023)

Há dados que apontam também a participação do gênero feminino entre os 100 autores com maior rendimento no ano de 2023, o sexo masculino obteve 94% enquanto o feminino apenas 6% na participação desses rendimentos; os segmentos de distribuição de direitos autorais foi estabelecido nas áreas de rádio, tv aberta, show em streaming de áudio, sonorização ambiental, streaming de vídeo, tv fechada, casas de show, música ao vivo, carnaval, serviços digitais, cinema e festa junina, além dos percentuais titulares do gênero feminino por categoria de autora, intérprete, musicista acompanhante, produtora, fonográfica e versionista em todos as discrepâncias dos percentuais de divisões de gênero são gritantes. (ECAD, 2023)

Todas essas questões de desigualdades também refletem na equiparação ao acesso cultural, já que apenas cerca de 10% dos municípios brasileiros têm salas para exibição de filmes.

Enquanto 44% das pessoas pretas e pardas vivem em lugares sem acesso ao cinema, 37% das cidades não têm museus e apenas 34% cortam essa parte. (ICULT, 2022)

Outro dado importante é que, segundo o Sistema de Informações e Indicadores Culturais do IBGE, no censo de 2019, as diferenças de acesso aos equipamentos culturais ao redor do país estão diretamente ligadas às diferentes regiões, situação social e questões sociais no país. (ICULT, 2022)

Sendo assim, para uma prática educacional efetiva que possa contemplar todas as parcelas da sociedade, é necessária uma educação que esteja consciente do processo que foi percorrido ao longo da história na conquista de direitos.

Uma prática educativa que não leva em conta as questões sociais, raciais e de gêneros dos seus educandos e do contexto ao seu redor não tem os potenciais necessários para se tornar, de fato, disruptiva e que possa contemplar as multiplicidades de cada um dos espaços educacionais na qual iremos atuar enquanto educadores.

Esse processo de alienação focado na práxis musical, ignorando a contextualização histórico-político-social, só torna mais difíceis os enfrentamentos dessas mesmas desigualdades e a possibilidade de propiciar um futuro na qual pessoas de diversos contextos diferentes tenham acesso aos espaços musicais da música erudita, assim como a inserção em orquestras, a sua colocação enquanto compositores, regentes e intérpretes musicistas e cantores que efetivamente estão atuando nos palcos e nas salas de concertos ao redor do país.

É necessária uma educação musical que busque ser inclusiva a todas as camadas sociais e, a partir disso, você possa, de fato, realizar transformações definitivas, que não estejam ligadas ao acaso, mas de programas e iniciativas diretamente ligadas à promoção da igualdade, da equidade e da transformação social dentro da música e fora dela por meio de diversas ações embasadas e paramentadas.

Esses debates que têm se mostrado tão escassos dentro da educação musical já têm sido traçados em diversas outras áreas, como na filosofia, na sociologia, nas ciências sociais e na própria pedagogia em si, com figuras como Paulo Freire, que olham para as mazelas sociais e atuam na sua prática educacional com essa consciência, e estes são fontes de inspiração para que isso também se estabeleça dentro do campo da música.

Angela Davis ao analisar a sociedade estadunidense busca entender as mazelas acerca das questões de classe, raça, gênero e propõe uma atuação política e social que perceba a interseccionalidade dessas opressões para tomar atitudes que abarquem o máximo de questões sensíveis a serem debatidas e transformadas dentro da sociedade, e munidos de sua análise podemos trazer esse olhar para o contexto brasileiro, fazendo as devidas proporções, pois se tratam de processos históricos diferentes, mas de fenômenos que acontecem também no contexto brasileiro.

O fenômeno do racismo estrutural, do patriarcado, do capitalismo e de mecanismos sociais que promovem a exclusão e a discriminação no contexto estadunidense também ocorrem no Brasil, de formas diferentes, mas que, a partir do olhar da filósofa Angela Davis, que aponta em sua bibliografia que a educação é um caminho de mudança e um vetor de transformação, esse mesmo pensamento também pode ser compreendido no contexto social brasileiro.

É perceptível que a partir do momento que pessoas de diversas camadas sociais, raças e gêneros começaram a ter acesso à educação de maior qualidade, e ascenderem socialmente por meio da educação, esses debates tornaram-se possíveis em diversos espaços de poder e suas mazelas sociais também conseguiram serem superadas.

De acordo com o Conselho de Direitos Humanos da ONU, seus relatórios apontam que 10% dos mais ricos controlam 52% da riqueza líquida total, enquanto mais de 60% de pobres possuem mais de 12%; e que para superar a pobreza e atingir uma renda média, em seus países, muitos deles emergentes como Brasil, Colômbia e África do Sul, pessoas de baixa renda levam de quatro a cinco gerações para que isso aconteça. (NAÇÕES UNIDAS , 2021)

E uma das principais ferramentas que conseguiram promover essa ascensão ao longo das gerações é justamente o acesso à educação de qualidade, já que de acordo com um estudo feito por Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da FGV-IBRE, em seu levantamento concluiu que a expansão da sociedade e a diminuição do acesso à educação básica e fundamental teve um papel decisivo na melhora da mobilidade social.

A população negra teve historicamente menos acesso à educação do que a população branca, de certo modo que, com a universalização do ensino básico, os negros foram os que tiveram o maior aumento de escolaridade, já que, nas últimas décadas, se observou que as mulheres estudam em média por mais tempo do que os homens, elas tiveram ainda maior aumento de nível educacional e, por isso, maior aumento de renda com relação aos seus pais. (ESTUDO..., 2019)

Dito isso, é por meio de uma educação pautada na luta contra as desigualdades em virtude de raça, classe e gênero que você propicia uma mobilidade e um acesso maior das pessoas, que assim como foi defendido num contexto estadunidense pela filósofa e pesquisadora Angela Davis, isso também pode se aplicar ao Brasil por um olhar que também vise a superação das desigualdades sociais por meio de uma educação igualitária e, sobretudo, dentro da música de concerto para superar os clássicos estigmas de uma arte que, por muitos, ainda é considerada para poucos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pensa em educação musical, a sua importância social transcende a sala de aula e seu aspecto de formação artística e pedagógica: ela consiste em uma ferramenta política de transformação social muito potente.

A educação musical também possui o caráter de possibilitar o acesso às diversas áreas do conhecimento, à mobilidade social e ao desenvolvimento intelectual.

Portanto um olhar que se debruça sobre as mazelas da nossa sociedade em busca de entendê-las, superá-las e potencializar as narrativas múltiplas, tem o poder de formar profissionais muito mais capacitados para atuar em diferentes espaços de ensino, pois uma educação que não tem uma multiplicidade no currículo impossibilita a atuação de educadores com um olhar sensível a todas essas questões que ainda afligem a sociedade como um todo.

Em seu trabalho, Angela Davis aborda a importância da educação como ferramenta de mudança e todas as lutas que foram travadas para que hoje se tornasse um direito garantido a todas as pessoas, independente de sua raça, classe ou gênero, e entender quais são as estruturas que operam por trás do coletivo nos prepara para uma melhor práxis.

Enquanto educadores musicais, muitas vezes, quando somos direcionados ao campo de trabalho como escolas de ensino regular, ensino fundamental, ensino médio, ou muitas vezes de uma escola de música de bairro ou pequenos conservatórios, os nossos alunos vêm de contextos sociais completamente diferentes, lidando com questões e com vivências muito particulares, ao mesmo tempo muito situadas em determinadas camadas sociais. A atuação de um educador num bairro de periferia, levando a música e o ensino musical, é completamente diferente de um bairro nobre onde, por mais que essas duas turmas tenham como foco um conteúdo programático de qualidade, acesso a instrumentos musicais e aulas bem elaboradas, o contexto social deles irá interferir de maneira significativa, pois a trajetória de um(a) garoto(a) negro (a) de uma periferia até esse espaço é permeada de diversas questões de desigualdades sociais em relação a outro(a) garoto(a) branco (a) de um bairro nobre.

Temos diversos exemplos de projetos musicais que vêm fazendo um trabalho de formação com sensibilidade e qualidade social como Projeto Guri, que atua nas periferias do estado de São Paulo, Instituto Baccarelli atuando na comunidade de Heliópolis, projeto Rio de Música que atua nas comunidades do Rio de Janeiro, o Musicultura e a Escola de Música Favela Brass também realizados nas zonas periféricas do Rio de Janeiro

Sendo assim, o pensamento de Angela Davis a respeito dessas questões exemplifica de maneira muito clara a postura que um educador deve ter quando entra numa sala de aula, de entender as subjetividades daquelas pessoas que estão ali na frente dele, e perceber que a educação é sim essa ferramenta que olha com uma visão interseccional todas as camadas que estão presentes na sociedade de desigualdades e preconceitos para que possamos transpor essas barreiras ainda presentes na atualidade.

REFERÊNCIAS

- DAVIS, Ângela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Ângela. *Uma autobiografia*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DENAVEY, Susan. 14 fotos vintage de Angela Davis, ativista incendiária e potência feminista. *Vogue Britânica*, 12 jun. 2020. Disponível em: <https://www.vogue.co.uk/arts-and-lifestyle/gallery/angela-davis-activism-pictures>. Acesso em: 13 dez. 2024.
- ECAD. Apenas 8% dos direitos autorais de música foram destinados a mulheres em 2022, aponta Ecad. 2024. Disponível em: <https://www4.ecad.org.br/noticias/apenas-8-dos-direitos-autorais-de-musica-foram-destinados-as-mulheres-em-2022-aponta-ecad/>. Acesso em: 7 dez. 2024.
- ESTUDO revela que a educação impulsiona a mobilidade social no Brasil. FGV, 2024. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/estudo-revela-educacao-impulsiona-mobilidade-social-brasil>. Acesso em: 7 dez. 2024.
- ICULT. Cultura e arte como meios de inclusão social. 2024. Disponível em: <https://icult.org.br/cultura-arte-inclusao-social/>. Acesso em: 7 dez. 2024.
- IZECKSOHN, Vitor. *Estados Unidos: uma história*. São Paulo: Contexto, 2021.
- JUNQUEIRA, Mary A. *Estados Unidos: A consolidação da nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Pessoas de baixa renda levam de quatro a cinco gerações para romper com a pobreza. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/152568-pessoas-de-baixa-renda-levam-de-quatro-cinco-geracoes-para-romper-com-pobreza>. Acesso em: 7 dez. 2024.
- NETFLIX. *13ª Emenda*. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=krfcq5pF8u8>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- OLIVEIRA, Lúcia. O legado de Harriet Tubman inspira a luta das mulheres pela liberdade. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/zumbido-justica-antirracista/o-legado-de-harriet-tubman-inspira-a-luta-das-mulheres-por-liberdade/>. Acesso em: 30 jul. 2024.
- OLIVEIRA, Sofia. O gênero é uma barreira para mulheres na carreira musical erudita. 2024. Disponível em: <https://www.comciencia.br/genero-e-barreira-para-mulheres-na-carreira-musical/>. Acesso em: 7 dez. 2024.
- RODRIGUES, Vitória. Música de concerto tem baixa representatividade de pessoas negras. *Jornal da Universidade*, 2024. Disponível em: <https://ufrgs.br/jornal/musica-de-concerto-tem-baixa-representatividade-de-pessoas-n>

[egras/](#). Acesso em: 7 dez. 2024.